

## Canal Energia – 13/12/2011

### **Acende Brasil** divulga estudo sobre o processo de renovação das concessões

[http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Regulacao\\_e\\_Politica.asp?id=86749](http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Regulacao_e_Politica.asp?id=86749)

Documento mostra os caminhos possíveis seja pela prorrogação ou pela licitação dos ativos. Valor da reversão é fundamental para o processo

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

O **Instituto Acende Brasil** divulgou nesta terça-feira, 13 de dezembro, o White Paper "Concessões do Setor Elétrico: Alternativas de Políticas Públicas", que foi apresentado na semana passada ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. O estudo mostra a evolução da legislação do setor e seu impacto no processo de renovação das concessões vincendas a partir de 2015. Na análise de qual via seguir - prorrogação ou licitação - o documento mostra os desafios a serem enfrentados no caso da escolha de cada uma delas. Além disso, ressalta que o cálculo do valor da reversão é vital para todo o processo.

**Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, afirmou à Agência CanalEnergia que é "urgente" a definição do modelo de renovação das concessões. "Os efeitos da indefinição já estão presentes. É um caso prático que afeta a maioria das empresas, que têm tido dificuldades crescentes no refinanciamento das dívidas ou no atendimento de seus mercados por indefinição de seu futuro em 2015, que já está batendo a nossa porta", avaliou. **Sales** disse que o estudo mostra que o governo pode encontrar caminhos adequados por qualquer uma das vias que definir.

"O estudo aponta que o governo pode escolher formas adequadas por um caminho ou outro, desde que atenda os princípios econômicos, mantenha coerência com o processo institucional regulatório vigente assim como os contratos", observou. O estudo se divide em grandes blocos onde são analisados os princípios econômicos, que devem estar presentes no tratamento das concessões; mostra uma visão histórica da evolução regulatória, que aponta como surgiu a problemática das concessões; e, por fim, mapeia os caminhos possíveis.

**Sales** frisou que é necessário se definir o valor dos ativos não amortizados para uma possível reversão. "O estudo chama atenção para o fato de que o valor de reversão se faz necessário seja qual for a escolha que o governo faça. Não estamos livres da necessidade que Aneel tem de apresentar esse valor de reversão", salientou. Para acessar o documento, que não está finalizado, como frisou o instituto, clique aqui.